



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*



**XIII – FÓRUM PERMANENTE DE AUDITORIA PREVENTIVA
Fortaleza – CE, 04 de novembro de 2010**



XIII – FÓRUM PERMANENTE DE AUDITORIA PREVENTIVA

RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE CONTAS DE GESTÃO A PARTIR DO S2EPA E DA APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA SANAR FRAGILIDADES – PASF

AGENDA

- 1 – Contextualização**
- 2 – Resultados da aplicação do S2EPA**
- 3 – Resultados da aplicação do PASF**



1 – Contextualização

- Resultado Estratégico Setorial “gestão pública regular, eficiente e serviços públicos com qualidade”
- Indicador de resultado “Ações Implementadas para Reduzir Fragilidades da Gestão (%)”
- Auditoria governamental é uma função organizacional
- As atividades buscam contribuir para assegurar condições mínimas de segurança e diminuição de riscos nas demais atividades exercidas em uma organização
- Integram a função de controle, no âmbito do processo da gestão
- Subsidiarão a gestão quando das necessidades de tomada de decisões
- Correspondem a um conjunto sistêmico, integrado e harmônico de procedimentos, técnicas e métodos de trabalho que abrangem a verificação de como a gestão dos recursos públicos, pelos órgãos de governo, está se processando em relação às normas legais e os procedimentos regulamentares estabelecidos, bem como se está contribuindo para que os resultados governamentais sejam alcançados



1 – Contextualização

- As atividades de auditoria governamental praticadas pela CGE são voltadas para o ambiente interno do governo, classificadas em modalidades e categorias que podem ser realizadas de forma isolada ou integrada
- Modalidades - auditoria preventiva, auditoria de regularidade, auditoria de desempenho e auditoria especial
- Categorias de auditoria - aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades, a auditoria de processos organizacionais, a auditoria de contas de gestão, a auditoria especial de obras públicas, a instrução de Tomada de Contas Especial e a auditoria especial de apuração de denúncias.
- Antecedentes: relatórios e recomendações de auditoria de contas de 2004 a 2007
- Marco legal e institucional: Lei Estadual nº 12.509 (Prestação de Contas Anual) e Decreto Estadual nº 29.388 (Auditoria Preventiva com Foco em Riscos)



1 – Contextualização

- Ferramentas:
 - ✓ Prestação de Contas Anual: Relatório de Auditoria de Contas de Gestão e S2EPA
 - O S2EPA pode e deve ser utilizado pelos Gestores ou pelas Comissões Gestoras do PASF
 - ✓ Auditoria Preventiva com Foco em Riscos:
 - Fórum Permanente de Auditoria Preventiva;
 - Encontro Estadual de Controle Interno;
 - Matriz de Riscos;
 - Plano de Ação para Sanar Fragilidades – PASF e e-PASF (Sistema de Suporte à Aplicação do PASF);
 - Capacitação em Gestão de Riscos – Auditores de Controle Interno e Comissões Gestoras do PASF.



2 – Resultados da aplicação do S2EPA

Auditorias de Contas de Gestão Exercício 2009

- Período de realização: agosto de 2009 a junho de 2010
- Número de auditorias realizadas:
 - ✓ Com utilização do S2EPA: 73
 - À distância: 55
 - Presenciais: 18
 - ✓ Sem a utilização do S2EPA: 11
- Nº de Recomendações Emitidas: 978

A utilização do S2EPA permite

- Análises preliminares
- Seleção de amostra
- Acompanhamento da gestão (por parte dos próprios órgãos)



2 – Resultados da aplicação do S2EPA

Aspectos positivos

- Maior utilização da modalidade Pregão – representatividade das despesas licitáveis na execução orçamentária
 - ✓ 2009: 34%
 - ✓ 2010: 38,4%, proporcionalmente até 31/10/2010
- Pagamento de direitos relativos à realização de viagens a serviços, especialmente em razão de mudanças no correspondente calendário
- Adoção de medidas visando a recuperação de valores despendidos, via instauração de Tomada de Contas Especial - quantidade de processos certificados pela CGE em:
 - ✓ 2009: 23
 - ✓ 2010: 62



2 – Resultados da aplicação do S2EPA

Aspectos positivos

- Diminuição do volume de gastos por dispensa de licitação fundamentada em emergência
 - ✓ 2009: R\$ 127 milhões
 - ✓ 2010: R\$ 76 milhões, até 31/10/2010
 - ✓ Orientações para melhoria no atendimento dos requisitos legais pertinentes:
 - Caracterização da situação;
 - Necessidade de urgência de atendimento;
 - Existência de risco iminente e gravoso;
 - Resultante do imprevisível;
 - Que não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento ou de situações que possam ser caracterizadas como culpa ou dolo do agente público, que tem o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação.



2 – Resultados da aplicação do S2EPA

Possibilidades de melhoria

- Nível de Execução orçamentária
 - ✓ Unidades auditadas: 73
 - ✓ Execução inferior ao parâmetro de 75%: 45 (61%)
 - ✓ Orientação: aperfeiçoamento do processo de planejamento, inclusive pela articulação junto à SEPLAG para disponibilização ou remanejamento oportuno de dotações orçamentárias autorizadas



2 – Resultados da aplicação do S2EPA

Possibilidades de melhoria

- Nível de inadimplência em convênios e instrumentos congêneres
 - ✓ Quantidade e valor:
 - 2009: 1.115;
 - 2010: 1.356, correspondente a R\$ 106 milhões (estoque)
 - ✓ Risco de dano ao erário e aplicação de sanções e responsabilização solidária da autoridade administrativa competente (Lei nº 12.509/1995, Art. 8º, e IN TCE 02/2005, Art. 1º)
 - ✓ Orientações:
 - Tempestividade nas análises das prestações de contas e observância do prazo para instauração de TCEs (180 dias, a partir do momento em que toma conhecimento)
 - Estruturação organizacional para acompanhamento e monitoramento de convênios e instrumentos congêneres, inclusive com a utilização do SACC



2 – Resultados da aplicação do S2EPA

Possibilidades de melhoria

- Escolha da modalidade de licitação
 - ✓ Risco: extrapolação dos limites legalmente estabelecidos para contratação de aquisição de bens e serviços, por modalidade de licitação
 - ✓ Orientação: atentar para a necessidade de escolher a modalidade de licitação em função do valor estimado para o período total da prestação dos serviços, inclusive os possíveis aditivos de valor decorrentes de prorrogações de serviços de contínuos, de modo que não venham a ser extrapolados os limites estabelecidos no Art. 23 da Lei nº 8.666/1993 (ver também os Acórdãos de nos 1.395/2005 e 561/2006, ambos do TCU).



3 – Resultados da Aplicação do Plano de Ação para Sanar Fragilidades - PASF:

- ✓ Instituição de 46 Comissões Gestoras do Plano
- ✓ Aplicação do PASF em 42 órgãos ou entidades de alto, médio e baixo risco, sendo que 16 foram objeto da fase de monitoramento e acompanhamento e as demais apresentaram ou estão elaborando o Plano
- ✓ Acompanhamento e monitoramento da eficácia das ações propostas em 16 órgãos ou entidades (até 30/06/2010):
 - Ações propostas: 398
 - Ações implementadas (acompanhadas e monitoradas): 282
 - Ações eficazes: 137 (equivalente a 49% das implementadas).



ESTATÍSTICAS GERAIS

Orgão	Ações Propostas	Ações Eficazes	Ações Ineficazes	Ações em Implementação
SESA	14	2	3	9
%		14,29	21,43	64,29
FUNDES	38	13	16	9
%		34,21	42,11	23,68
SEINFRA	29	12	9	8
%		41,38	31,03	27,59
DER	28	17	5	6
%		60,71	17,86	21,43
STDS	16	4	8	4
%		25,00	50,00	25,00
FEAS	9	5	4	0
%		55,56	44,44	0,00
SRH	13	2	8	3
%		15,38	61,54	23,08
CIDADES	29	4	10	15
%		13,79	34,48	51,72



ESTATÍSTICAS GERAIS

Orgão	Ações Propostas	Ações Eficazes	Ações Ineficazes	Ações em Implementação
SEDUC	31	7	5	19
		22,58	16,13	61,29
DETRAN	19	10	3	6
		52,63	15,79	31,58
SEFAZ	17	8	4	5
		47,06	23,53	29,41
S.D.A	39	15	14	10
		38,46	35,90	25,64
FUNECE	19	4	8	7
		21,05	42,11	36,84
PM	27	16	9	2
		59,26	33,33	7,41
SSPDS	18	2	9	7
		11,11	50,00	38,89
SETUR	52	16	30	6
		30,77	57,69	11,54
GERAL	398	137,00	145,00	116,00
%		34,42	36,43	29,15



ESTATÍSTICAS GERAIS

ÓRGÃO	Ações Implementada	Ações eficazes	Ações não eficazes	% Eficácia	% Ineficácia
SESA	5	2	3	40%	60%
FUNDES	29	13	16	45%	55%
SEINFRA	21	12	9	57%	43%
DER	22	17	5	77%	23%
STDS	12	4	8	33%	67%
FEAS	9	5	4	56%	44%
SRH	10	2	8	20%	80%
CIDADES	14	4	10	29%	71%
SEDUC	12	7	5	58%	42%
DETRAN	13	10	3	77%	23%
SEFAZ	12	8	4	67%	33%
S.D.A	29	15	14	52%	48%
FUNECE	12	4	8	33%	67%
PM	25	16	9	64%	36%
SSPDS	11	2	9	18%	82%
SETUR	46	16	30	35%	65%
GERAL	282	137	145	49%	51%



EXEMPLOS DE AÇÕES EFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
A	Necessidade de Revisão da Sistemática na Organização dos Processos de Convênios	Editar portaria designando o responsável por tais documentos, bem como editar Instrução Normativa às Coordenadorias e Convenientes definindo sobre a Organização e Disponibilização dos Processos de Convênios
A	Celebração de Convênio com Planos de Trabalho não Aprovados pela Autoridade Competente ou Incompletos	Providenciar fluxo para celebração de convênios e reuniões com os Coordenadores do Órgão A. A Assessoria Jurídica não encaminha minutas para o Secretário autorizar celebração de convênio sem o devido parecer jurídico e documentação legal



EXEMPLOS DE AÇÕES EFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
A	Prestação de Contas de Convênios com documentação comprobatória inconsistente	Estabelecer mecanismos para controlar a consistência da documentação quando da Prestação de Contas de Convênios
A	Ilegalidade na Transferência de Recursos Públicos às Associações de	Promover a efetivação dos Agentes envolvidos no quadro funcional da Estado, não havendo mais pendências com relação às Associações



EXEMPLOS DE AÇÕES EFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
A	Fiscalização de contratos	Registrar nos contratos o correspondente Gestor
B	Ausência da Comprovação da Justificativa do Preço do Serviço Contratado	Elaborar procedimentos administrativos orientadores sobre a execução de processos, utilizar a Tabela de Preços de Custos Unificada e realizar pesquisa de mercado.



EXEMPLOS DE AÇÕES EFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
B	Pagamentos Efetuados Ultrapassam o Limite da Modalidade de Licitação	Utilizar o pregão eletrônico e planejar os serviços de engenharia, observando a modalidade adequada de licitação.
C	Ausência de Retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN em processos de pagamentos de serviços	Realizar um melhor controle na retenção do ISS incidente pagamentos relativos a prestação de serviços



EXEMPLOS DE AÇÕES EFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
C	Bens e Serviços Comuns Adquiridos em Modalidade Diversa do Pregão Eletrônico	Emitir comunicação interna e elaborar resoluções do conselho gestor do órgão orientando a respeito dos correspondentes procedimentos
C	Cursos e seminários	Sistematizar a comprovação dos treinamentos através da apresentação de certificado à célula de Recursos Humanos



EXEMPLOS DE AÇÕES EFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
C	Controle de acesso ao Órgão/entidade	Controle sistemático de acesso as dependências do órgão com uma fiscalização rigorosa por parte da vigilância
C	Divulgação de licitações	Criar um link na página da internet do órgão, de forma a tornar transparente suas licitações e cotações eletrônicas



EXEMPLOS DE AÇÕES INEFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
A	Ausência de Portarias de Cessões de Servidores	Movimentar servidor somente através de processo que gerar portaria ou publicação em DOE da cessão. A ineficácia decorre da não aplicação do controle a todos os servidores cedidos.
D	Impropriedade nos Pagamentos de Diárias	Elaborar um planejamento para que as diárias sejam pagas antes dos servidores viajarem e de acordo com o calendário da SEFAZ. A ação implementada não logrou evitar recorrências da fragilidade, apesar de pertinente, oportuna e viável.



EXEMPLOS DE AÇÕES INEFICAZES

Órgão	Fragilidade	Ação
C	Celebração de Convênios com Planos de Trabalho Incompletos	Nomear e treinar gestores para análise dos convênios do órgão . <i>A ação se revelou ineficaz porque o processo de treinamento não foi concluído e houve recorrência da fragilidade.</i>
A	Aprovação de Prestação de Contas Final de Convênio com Documentação Incompleta	Exigir o parecer técnico e financeiro do Setor responsável pelo programa no órgão ou entidade concedente. <i>A ação se revelou ineficaz porque houve recorrência da fragilidade, apesar da pertinência , oportunidade e viabilidade da ação .</i>



Grato pela atenção

Pela equipe da Coordenadoria de Auditoria da Gestão

Paulo Roberto de Carvalho Nunes – Coordenador

Denise Andrade Araújo – Articuladora

Antonio Sergio Beltrão Mafra – Orientador

Carlos Eduardo Guimarães Lopes – Orientador

Cristina Maciel Aranha – Orientadora

Valéria Ferreira Lima Leitão – Orientadora

Auditores de Controle Interno

Adrienne Fiúza Giampietro - Aglácio Soares Gomes

Antônia Liduína Pinheiro da Silva - Antônio Paulo da Silva

Dimona Albuquerque Arraes Freire - Emerson Carvalho de Lima

Francisco Carlos Portela - Isabelle Pinto Camarão

Lara de Oliveira Osório - Luanda Maria de Figueiredo Lourenço

José Mariano Neto - Maria Nazaré Gonçalves Pinho

Rogério Mourão Melo - Virgílio Crescêncio Grangeiro - Wladis Pinheiro

3101-3470 – 3101-3471 – 3101-3484